CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1859/88 - PROCESSO DRECAP-3 N° 5360/88

INTERESSADA: "MATER DEI" - ESCOLA DE 2° GRAU/CAPITAL

ASSUNTO: Convalidação de atos escolares praticados irregularmente no período antecedente à autorização do ensino de 2° grau, de 13/2/86 a 26/11/86.

RELATORA : Cons^a Maria Clara Paes Tobo

PARECER CEE N° 1345/88

APROVADO EM 22.12.88

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

1. A Sociedade Paulista de Educação e Ensino S/C Ltda, mantenedora da Escola de 2° Grau "Mater Dei", situada na Av. Brasil, 101, Jardim Paulista, São Paulo, solicita à 13ª D.E. convalidação de atos escolares praticados de 13 de fevereiro de 1986 a 26/11/86, período em que o estabelecimento funcionou sem a devida autorização dos órgãos competentes (fls. 03 a 06).

2. Justifica o pedido em face da demanda de seus próprios alunos concluintes de 8ª série que "...era(m) obrigado(s) a procurar novos estabelecimentos de ensino, muitas vezes com objetivos e estruturação social e pedagógica diferenciados do modelo pedagógico e educacional a que estava(m) habituado(s) e formado(s), após, muitas vezes, 12 anos de filiação ao "Mater Dei". A demanda aumentou em 1985, o que levou a mantenedora a efetivar o pedido de autorização para instalação e funcionamento do 2° grau, sendo o mesmo protocolado em 22/10/85.

3. Fundamentada nos pareceres favoráveis da comissão de supervisores designada para proceder à vistoria do local e do prédio, assim como analisar a documentação do curso, emitido em janeiro de 1986 e na homologação do Plano de Curso efetuada pela 13ª D.E. em 21/01/86, a escola iniciou o funcionamento do Curso em 13/2/86.

4. A autorização para instalação e funcionamento do ensino regular de 2° grau, nos termos do inciso III, do artigo 7° da Del. CEE n° 29/82, contudo, só foi publicada em 27/11/86, conforme Portaria DRECAP-3 de 20/11/86 (fls.6), dado que a escola "sofreu objeções por parte do Corpo de Bombeiros, as quais demandaram algum tempo para serem sanadas na forma da lei,...".

2. APRECIÇÃO

1. Da análise dos autos, conclui-se:

1.1. que se trata de mais um caso de não observância das normas legais vigentes à época (art. 3° Del. CEE 18/78), mantidas no artigo 12 da atual Deliberação CEE n° 26/86, embora atenuado pelas justificativas apresentadas;

1.2 que a irregularidade foi sanada e a escola se encontra funcionando regularmente.

2. Há que se levar ainda em consideração o tempo decorrido, o parecer favorável das autoridades da Secretaria da Educação, bem como o fato de que este Colegiado, em situações assemelhadas, tem decidido pela convalidação dos atos escolares, para que os alunos não sejam, em última análise, os prejudicados.

3- CONCLUSÃO

Convalidam-se, em caráter excepcional, os atos escolares praticados pela Escola de 2º Grau "Mater Dei", Capital, de 13/2/86 a 26/11/86, período que antecedeu à competente autorização para instalação e funcionamento do ensino regular de 2º grau, nos termos do inciso III da Deliberação CEE nº 29/82.

CESG, aos 19 de dezembro de 1988.

a) Cons^a Maria Clara Paes Tobo
- Relatora -

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de dezembro de 1988.

a) Cons^o Jorge Nagle
Presidente